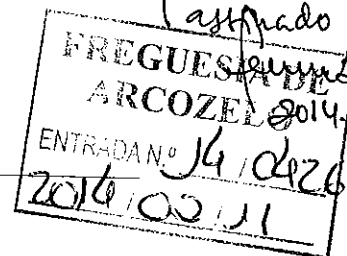


"Agostinho de Sousa, Cunha do Vale, J. Afonso Costa & Associados"
Sociedade de Advogados R.L.

Agostinho de Sousa
Cunha do Vale
J. Afonso Costa
Maria José Rego
Paulo Sousa
Jeana Afonso Costa



Ex.mo Senhor

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOZELO

Lugar de Vilar

ARCOZELO

PONTE DE LIMA

Hace

JOSÉ DA SILVA RODRIGUES DE SÁ, BI 3637097, de 17/7/2007, SIC de Viana do Castelo, NIF 107346435, residente no Lugar de Boavista, da freguesia de Calheiros, do concelho de Ponte de Lima e

CARLOS DA SILVA RODRIGUES DE SÁ, titular do cartão de cidadão n.º 10712660 5ZZ2, válido até 13.01.2014, NIF 193116766, residente no Lugar de Lousados, da freguesia de Arcozele, do concelho de Ponte de Lima,

tendo sido notificados, pelo ofício n.º 53/2014, de 10.01.2014, para se pronunciarem sobre a matéria da reclamação apresentada em abaixo-assinado por moradores da freguesia de Arcozele, relativa ao encerramento de um caminho, vêm dizer o seguinte:

1

O abaixo-assinado em apreço tornou controversa a questão da natureza pública ou privada do caminho que é seu objecto.

Na hipótese – que de modo algum se concede – de se tratar de um caminho público haveria de pertencer a uma pessoa colectiva de direito público de base territorial, isto é, ao Estado, ao Município, ou à Freguesia. No caso o mais verosímil seria pertencer à Junta de Freguesia de Arcozele ou, quando muito, ao domínio público do Município de Ponte de Lima.

Estabelece o artigo 84.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa (CRP) que a qualificação de um caminho como caminho público estadual, municipal, ou da freguesia, se determina de acordo com a lei.

"Agostinho de Sousa, Cunha do Vale, J. Afonso Costa & Associados"
Sociedade de Advogados R.L.

■
Agostinho de Sousa
Cunha do Vale
J. Afonso Costa
Maria José Rego
Paulo Sousa
Jeana Afonso Costa

De modo que, desde logo, coloca-se a questão de saber se a decisão da natureza particular ou pública de um caminho se enquadra no exercício da função administrativa, ou seja, nas atribuições e poderes da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal.

O entendimento do Supremo Tribunal Administrativo é que *"haverá acto jurisdiccional, quando a sua prática se destina a realizar o próprio interesse público da composição de conflito de interesses (entre particulares, entre estes e interesses públicos, ou entre interesses de entes públicos diferentes), tendo como fim específico a realização do direito ou da justiça; haverá acto administrativo quando a composição dos interesses em causa tem por finalidade outro interesse público, que ao ente público compete levar a cabo, representando essa composição um simples meio ou instrumento desse outro interesse"*. – V. p. f. Ac. do Pleno do STA de 18/12/91, Proc. n.º 18882, in APDR 10-9-93, 807; Ac. do STA de 16/6/1992, Proc. 29769, in APDR 16-4-96, 4067; Ac. do STA de 23/3/1995, Proc. n.º 27994, in APDR 31-3-97, 188.

Na situação em apreço verifica-se que existe uma divergência entre vizinhos sobre a qualificação de um caminho, que origina um conflito entre o interesse dos particulares que defendem pertencer-lhes e o interesse público que se traduz na sua classificação como caminho público, interesse esse sustentado pelos reclamantes.

A Junta de Freguesia e a Câmara Municipal são incompetentes para dirimirem esse conflito, cabendo exclusivamente aos Tribunais Judiciais resolver essa questão da natureza jurídica do caminho, por força do disposto no artigo 202.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa. – Neste sentido v.p.f. Ac. do STA de 20/01/1999, no Processo n.º 36550 in ApDR de 12/7/2002, 143 e Ac. do STA de 17/11/1994, no Processo n.º 33622 APDR de 18.4.97, 8119.

Uma decisão desse tipo por parte da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal incorreria no vício de usurpação de poder (que *"consiste na prática por um órgão da Administração, de acto incluído nas atribuições do poder legislativo, ou judicial"* – Freitas do Amaral, *"Direito Administrativo"*, vol. II, pág. 295) e estaria ferida de nulidade nos termos do disposto no artigo 133.º, n.º 2, alínea a), do Código de

**“Agostinho de Sousa, Cunha do Vale, J. Afonso Costa & Associados”
Sociedade de Advogados R.L.**

■
Agostinho de Sousa
Cunha do Vale
J. Afonso Costa
Maria José Rego
Paulo Sousa
Jeana Afonso Costa

Procedimento Administrativo. – V.p.f. Ac. do STA de 3/4/2008, Processo n.º 0934/07, in www.dgsi.pt/jsta.nsf/35.

Se, porventura, a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal dirimissem o conflito em causa, designadamente no sentido da natureza pública do caminho, esse acto representaria o exercício de um poder decisório autoritário e unilateral numa questão conflitual em que eram parte interessada.

O artigo 51, n.º 4, alínea e), da LEI n.º 100/84, de 29 de Março, a que corresponde a alínea d), na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 18/91, de 12 de Julho, atribui à Câmara Municipal competência apenas para *“deliberar sobre tudo o que interesse à seguradora e comodidade do trânsito nas ruas e demais lugares públicos e não se insira na competência de outros órgãos, ou entidades”*.

De qualquer modo, tendo em conta o disposto no artigo 38.º, da Lei 2110 de 14.08.61, o caminho, uma vez considerado de interesse público e do domínio municipal, ou da freguesia, deve estar integrado no cadastro das respectivas vias municipais ou da freguesia.

2

Posto isto, importa agora dar a conhecer a posição dos aqui expoentes sobre a situação em litígio.

Ora, o caminho em causa atravessava o interior de uma unidade predial diversificada mas com afectação comum, que incluía um lagar de azeite, um alambique e um moinho e que pertenceu na sua totalidade a um só dono, o casal dos pais dos aqui depoentes Manuel Rodrigues de Sá e Rosa da Conceição Gomes da Silva. No local onde existia o lagar de azeite foi construída a casa que serviu de morada a esses proprietários.

O domínio desse conjunto de prédios foi separado por efeito da partilha em vida realizada por estes em 31.3.1992 e, conseqüentemente esses prédios foram repartidos pelos dois herdeiros, aqui expoentes.

Aquando dessa separação do domínio mantinham-se visíveis e permanentes os sinais do caminho reveladores da serventia de umas partes para as outras.

**“Agostinho de Sousa, Cunha do Vale, J. Afonso Costa & Associados”
Sociedade de Advogados R.L.**

■
Agostinho de Sousa
Cunha do Vale
J. Afonso Costa
Maria José Rego
Paulo Sousa
Jeana Afonso Costa

Nada se tendo dito em contrário no referido documento, esses sinais são havidos como prova de uma servidão de passagem, constituída por destinação do pai de família, nos termos do disposto no artigo 1549.º, do Código Civil.

Portanto, o caminho em questão é verdadeiramente um caminho de consortes, destinado a servir de acesso e passagem para os referidos prédios ora dos aqui expoentes.

Nas entradas desse caminho, de ambos os lados, existem tranqueiros em pedra reveladores da existência de portões ou cancelas que o fechavam e lhe conferiam privacidade.

Na sua maior parte não existe qualquer selecção de continuidade que o separe dos prédios que atravessa.

Nesse caminho passam duas canalizações de águas particulares, cujos donos pediram aos Pais dos aqui expoentes autorização para as instalar. Aliás, em relação a uma delas a Mãe dos expoentes, de início, opôs-se fortemente à passagem dos tubos.

Nele passa também a canalização de uma água pública, tendo a Junta de Freguesia pedido aos Pais dos aqui expoentes para a colocar.

A rede de saneamento estende-se pelo caminho a pedido do aqui expoente José e termina antes dos tranqueiros acima referidos.

Foram sempre os Pais dos aqui expoentes, os seus antecessores e os seus sucessores quem zelou por esse caminho, o conservou e melhorou.

Esse caminho era e é utilizado exclusivamente pelos donos dos prédios hoje pertencentes aos expoentes e pelas pessoas que a eles se deslocavam, ou neles trabalhavam, para satisfação dos seus interesses particulares

O trânsito através desse caminho era porventura mais intenso e diversificado devido à sua utilização pelas pessoas que utilizavam o lagar de azeite, ao moinho e ao alambique que eram propriedade e explorados pelos referidos donos dos prédios.

Quaisquer outras pessoas que passassem por esse caminho faziam-no por mera tolerância desses donos, para encurtar distâncias, servindo assim de atravessadouro. Todavia, esses atravessadouros estão abolidos por força do disposto no artigo 1383.º, do Código Civil.

**“Agostinho de Sousa, Cunha do Vale, J. Afonso Costa & Associados”
Sociedade de Advogados R.L.**

■
Agostinho de Sousa
Cunha do Vale
J. Afonso Costa
Maria José Rego
Paulo Sousa
Jeana Afonso Costa

3

Por outro lado, o caminho em questão não está referenciado no cadastro da freguesia de Arcozelo, nem existe qualquer documentação na Junta de Freguesia, ou na Câmara Municipal, que lhe diga respeito.

Também não existe qualquer documento que formalize a sua cedência ao domínio público.

Esse caminho não tem uso directo e imediato pela generalidade das pessoas desde tempos imemoriais e a sua utilização não tem por objectivo a satisfação de interesses colectivos com certo grau de relevância. Com efeito, no caso presente, não se verificam as circunstâncias que inequivocamente apontam para uma dimensão da utilização colectiva extensiva à generalidade das pessoas e da relevância da sua utilidade para satisfazer os fins de ligação, comunicação e acesso viário das pessoas com outros lugares ou povoações.

Jamais a Junta de Freguesia de Arcozelo, ou a Câmara Municipal, nele procedeu ou praticou actos de limpeza, conservação, melhoria ou vigilância.

A sua falta de utilização e de trânsito pelo público está bem patente no seu estado de relativo abandono, tomado por vegetação permanente.

Ainda que alguma vez o caminho em causa tivesse a natureza pública – o que de modo algum se concede – a realidade actual é própria da sua desafecção tácita e automática passassem às condições comuns aos bens do domínio privado.

4

Portanto, e concluindo, o caminho em questão não tem natureza pública, consistindo num vulgar caminho particular de consortes (servidão legal de passagem). – V.p.f. Ac. do STJ de 19/5/2011, n.º 3378/08.6 TJVNF.PI.SI – in www.dgsi.pt/jstj.nsf/954.

O abaixo-assinado em presença, não tem qualquer fundamento e os factos que dele constam, designadamente nos seus pontos números 1 a 6, não são verdadeiros. De resto as respectivas assinaturas não têm autenticação ignorando-se a regularidade das condições em que foram obtidas.

**“Agostinho de Sousa, Cunha do Vale, J. Afonso Costa & Associados”
Sociedade de Advogados R.L.**

■
Agostinho de Sousa
Cunha do Vale
J. Afonso Costa
Maria José Rego
Paulo Sousa
Jeana Afonso Costa

A origem, os interesses e os objectivos desse abaixo-assinado encontram-se em desavenças familiares, aliás censuráveis, entre os aqui expoentes, por um lado, e os seus Irmãos e a própria Mãe, por outro.

Ponte de Lima 10 de Fevereiro de 2014

O ADVOGADO,

(com procuração)



(Cunha do Vale)

PROCURAÇÃO

----- Os abaixo-assinados, **JOSÉ DA SILVA RODRIGUES DE SÁ**, casado, NIF 107346435, residente no Lugar da Boavista, freguesia de Calheiros, do concelho de Ponte de Lima e **CARLOS DA SILVA RODRIGUES DE SÁ**, casado, NIF 193116766, residente no Lugar de Lousados, da freguesia de Arcozelo, do concelho de Ponte de Lima, declaram para os devidos e legais efeitos que constituem seus bastantes procuradores a **SR^a DR^a MARIA JOSÉ REGO** e o **SR. DR. CUNHA DO VALE**, advogados, sócios e em representação de "**AGOSTINHO DE SOUSA, CUNHA DO VALE, J. AFONSO COSTA & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL**", Pessoa Colectiva n.º 502 138 815, com escritório no Prédio António Feijó, 1.º Andar H, na Avenida António Feijó, em Ponte de Lima, a quem, com a faculdade de substabelecer, concedem poderes gerais forenses. -----

Ponte de Lima, 06 de Fevereiro de 2014

OS DECLARANTES,

